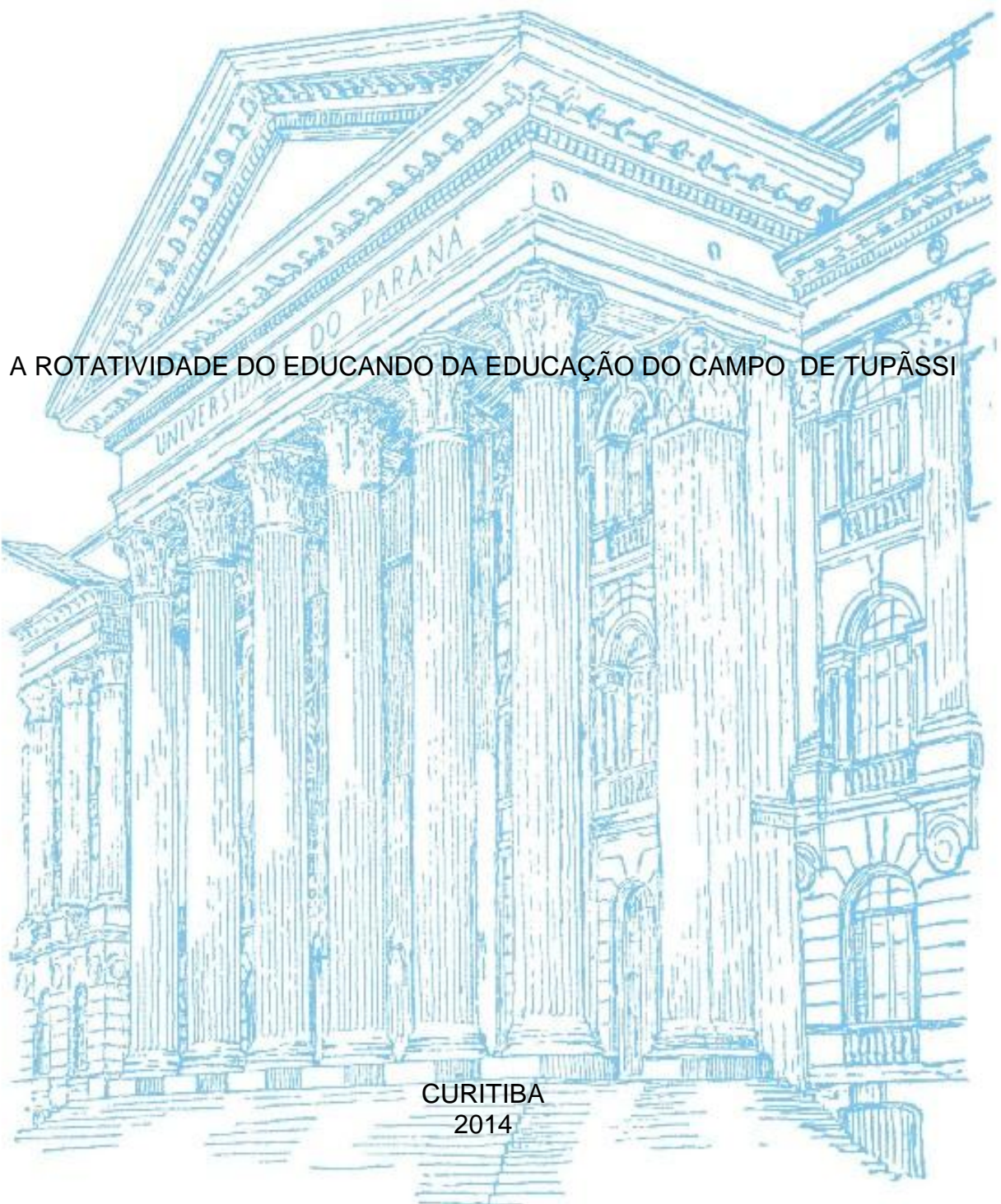


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE EDUCAÇÃO

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

AUGUSTINA GOTTARDI AUGUSTO



A ROTATIVIDADE DO EDUCANDO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO DE TUPÃSSI

CURITIBA
2014

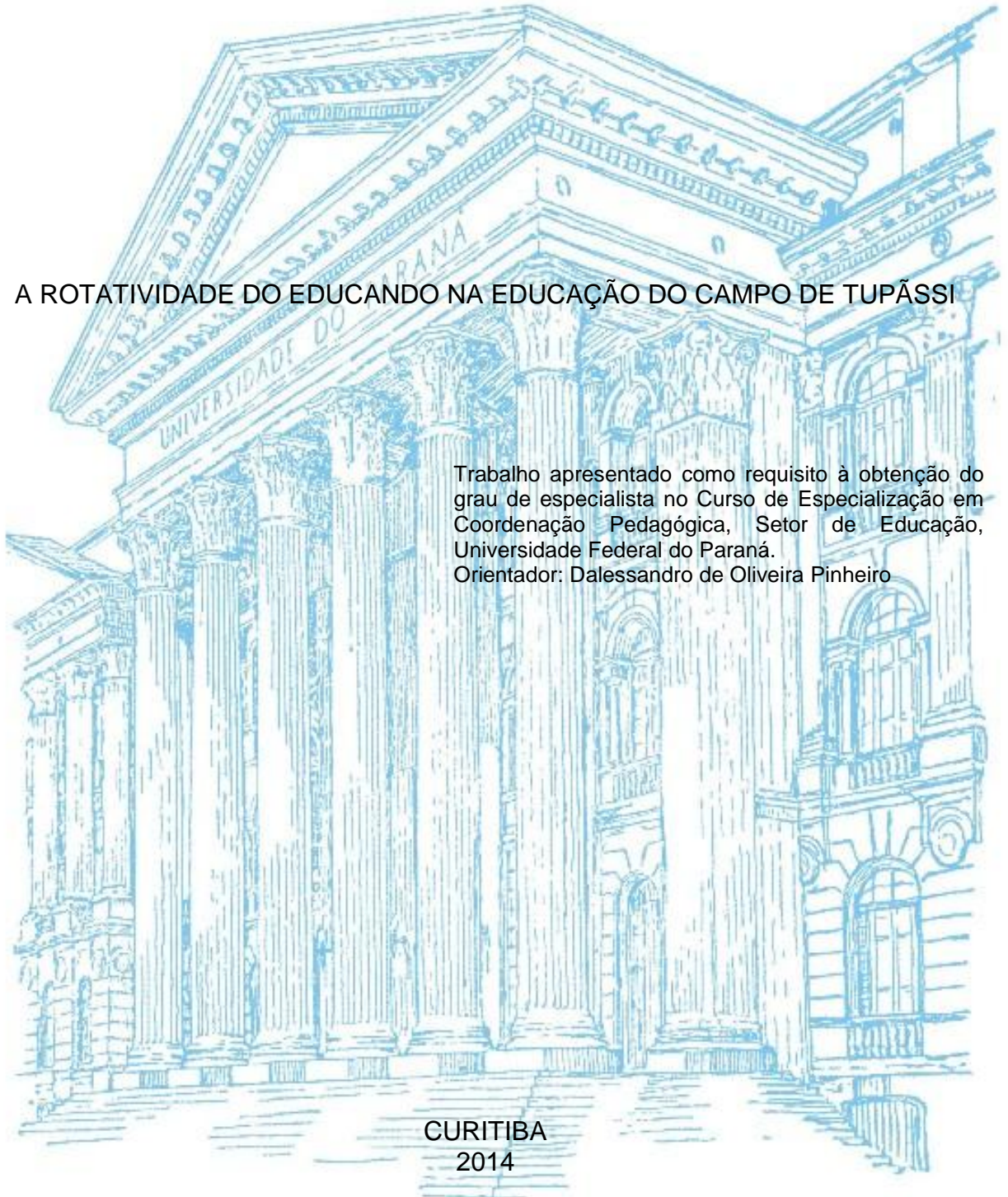
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

AUGUSTINA GOTTARDI AUGUSTO

A ROTATIVIDADE DO EDUCANDO NA EDUCAÇÃO DO CAMPO DE TUPÃSSI

Trabalho apresentado como requisito à obtenção do grau de especialista no Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná.
Orientador: Dalessandro de Oliveira Pinheiro

CURITIBA
2014



A ROTATIVIDADE DO EDUCANDO NA EDUCAÇÃO DO CAMPO DE TUPÃSSI

AUGUSTINA GOTTARDI AUGUSTO*

RESUMO

O presente trabalho tem como pretensão refletir sobre a rotatividade em que envolve o educando do campo e seu processo de aprendizagem, buscando analisar o contexto o qual está inserido, as interferências do meio a qual vive e as políticas públicas locais existentes. O estudo envolve a análise dos aspectos econômicos e sociais do município de Tupãssi – Paraná, proporcionando uma reflexão de como está à agricultura local, bem como a economia influencia nos saberes do educando. A educação do campo voltada para a conscientização, em ter uma agricultura familiar sustentável e diversificada. A qual garanta o próprio sustento juntamente com o conhecimento de serem valorizado pelo seu trabalho como assalariado agrícola. Nesta perspectiva, pretende-se refletir também sobre a descentralização do poder público-administrativo, para que a participação de agricultores na tomada de decisão dos recursos vindos das esferas federais e estaduais. Ainda pretende contribuir para o estudo de leis, que proporcione uma abordagem consciente como evitar o êxodo rural, valorizando a educação do campo local e os investimentos que influenciam no campo e aponte algumas alternativas de permanência.

Palavras-chave: Educação do Campo, Rotatividade, Município de Tupãssi

*Artigo produzido pela aluna Augustina Gottardi Augusto do Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica, na modalidade EaD, pela Universidade Federal do Paraná, sob orientação da professor Dalessandro Pinheiro . E-mail: dalessandro.pinheiro@terra.com

Introdução

É de verificar-se que historicamente a fazer referência aos povos do campo e as suas necessidades, vemos que se trata de um lugar de atraso e de pouco desenvolvimento, isso em algumas localidades. Digam-se aonde as tecnologias ainda não chegaram. É importante elencar que a educação do campo depende de um projeto de políticas públicas e econômicas de desenvolvimento local e sustentável que valorize o homem do campo e sua permanência na sua terra.

Para que a educação do campo se a tenha as mudanças e desenvolvimento econômico e cultural e que as questões que envolva a educação de um povo do campo, considerando vários aspectos, dentre eles o processo ensino aprendizagem com novas mudanças para atender a dimensão cultural, social que venham a influenciar a vida do aluno do campo e que possa assim garantir uma vida digna e que conquiste a sua própria cidadania.

A princípio, a educação do campo trata-se de ser dos e não para os sujeitos do campo, isso se levarmos em conta de que a própria identidade é especialmente importante se levar em conta a histórias dos próprios sujeitos do Brasil, e de que sempre houve interesse do ser por uma educação para atropelar os padrões de ser feito para o rural. E de que as tentativas de implantar o modelo que ignoram as raízes da classe trabalhadora do campo e que de são capazes de transformar e construir um projeto educativo com projeto pedagógico específico e as políticas educacionais que garantem isso.

Depois dessas breves noções preliminares veremos mais adiante as causas dos problemas por eles enfrentados e medias que vêm sendo tomadas para amenizar a situação em que hoje se encontram os educandos do campo de Tupãssi.

Caracterização da educação do campo

Preciosa é a contribuição de que estudar a educação do campo é chamar a temática de que há um debate socioeconômico e geopolítico, pois milhares de alunos do meio rural (agrícola, do campo) em que o processo seja de marginal, criado pela ideologia dominante que carregue e produza um pensamento de ações ligadas à população do campo e que embora várias escolas e professores queiram desenvolver uma prática pedagógica de inclusão, pois o descaso foi muito, em pleno século XXI, nos movimentos para contrapor os modelos de “educação rural” para que se preparem mais cidadãos para o trabalho.

Essas discussões se acentuaram com o debate e a aprovação da Constituição Federal de 1988 e da LDB, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96), que propõe, no artigo 28:

Na oferta da educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias a sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente: I – conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; II – organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; III – adequação à natureza do trabalho na zona rural (BRASIL/MEC, LDB 9.394/96, art. 28).

Antes de tudo vale lembrar que a Educação do campo vai além da localização geográfica. Pois o colégio do campo recebe sujeitos cuja organização se dá pelo trabalho do campo. E, assim, a escola precisa ter um currículo adequado aos saberes e às necessidades dos educandos. A educação do campo esteve sempre pautada em uma educação formal a qual esteve relacionada aos interesses econômicos, políticos, sociais e religiosos em que o modelo era urbano. Isso é bem claro ao pensar que ao longo da história da democratização do espaço escolar, sempre foi usado para atender as necessidades da industrialização.

É importante elencar que ao estudarmos a identidade do campo temos uma visão restrita, isso quer dizer que é destinado a pequenos agricultores. Porém deve-se lembrar de que ela é bem mais abrangente. E que, segundo as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas escolas do campo, tem-se o seguinte:

Art. 2 - Parágrafo único. A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva do País (BRASIL, 2002, p.37).

Já situando que a educação do campo originou-se para verificar as desigualdades educacionais, os processos econômicos, as políticas públicas de exclusão e foram práticas educativas dos coletivos locais e dos movimentos sociais para a valorização do homem do campo e de suas culturas para superar o preconceito e promover uma educação de qualidade e garantida ao homem do campo e seus espaços. Vale ainda lembrar que como diz o artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96), que:

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais (BRASIL/MEC, LDB 9.394/96, art. 1).

Nessa luta pela igualdade educacional, reconhecendo as diversidades, a busca de superar o preconceito de que são povos atrasados e que seja garantida com a construção de políticas públicas voltada a manter esses povos em suas terras e de ter educação onde está inserido e assim garantir o sustento da agricultura familiar e ter seus direitos garantidos.

Observa-se a luta pela igualdade da educação para os povos do campo no parecer do estado do Paraná nº 02 que nos processos Nº 1337/2009 e Nº 330/2010 chamam a atenção para o poder público municipal e estadual que deve ter como prioridade:

As atividades educacionais relacionadas ao desenvolvimento sustentável e à Agroecologia deverão ter prioridade no projeto pedagógico e estar inserido no cotidiano da escola. A SEED e as Secretarias Municipais devem prever espaços físicos conforme as diferentes realidades das comunidades identificadas como do campo, prevendo prédios escolares adequados a demanda de alunos a ser atendida, garantindo inclusive os padrões de acessibilidade aos alunos da Educação Especial. As mantenedoras de escolas do campo devem dispor de transporte escolar quando necessário para o deslocamento dos estudantes, da comunidade para a escola, considerando:

I - as normas do Código Nacional de Trânsito, que se referem às condições legais-qualitativas do transporte;

II - quando necessário deslocamento, que seja oferecido, preferencialmente,

intracampo, estabelecendo o menor tempo de permanência dos alunos dentro do referido transporte;

III - garantir que o deslocamento do trajeto casa do aluno ao ponto de embarque e desembarque ocorra conforme legislação e orientações vigentes;

IV - o eventual transporte de crianças, jovens, adultos e idosos com deficiência, deverá adaptar-se às condições desses alunos, conforme leis específicas CNE/CEB nº. 01/2002 (BRASIL, 2002).

Mesmo com a garantia de transporte escolar fornecido em parceria Governo Estadual/Governo Municipal o educando do campo tem desafios para se deslocar até os distritos onde a escola do campo esta localizada, pois muitas vezes o referido transporte não chega, à residência dos alunos devida os mesmos morarem em lugares distantes como fazendas e também pelo fato de ter famílias morando há pouco tempo no município ou naquela localidade sendo assim há uma preocupação dos pais ou responsáveis no trajeto dessas crianças que muitas vezes voltam para as casas sozinhas.

O município de Tupãssi possui uma área total de 301.059. KM², além da sede possui os distritos de Jotaesse, Palmitolândia e Brasiliana, com uma população de 7.997 habitantes. Por possui um solo de ótima qualidade sua economia é baseada principalmente na agricultura com o cultivo de soja, milho, trigo e amendoim seguindo de outras atividades de agrícola sendo estas em menor escala, porém não de menos importância como a avicultura, a suinocultura, a bovinocultura de leite e a piscicultura.

Neste momento vale lembrar que no início da colonização de Tupãssi foi marcado por um forte crescimento e desenvolvimento tanto nos termos físicos do município, política-administrativo, na organização social, na infraestrutura e situação educacional. Para ilustrar isso afirma Godoy:

Desde a chegada dos primeiros moradores, já havia preocupação com a educação das novas gerações. Não existindo docentes com formação adequada, as crianças eram atendidas por leigos, ou seja, os que sabiam um pouco mais se tornavam professores.

Oficialmente, a primeira escola foi criada em 1960, quando o povoado era denominado de Gleba Quatro Lambari, sendo chamada de Escola Rural Getúlio Vargas, localizada na Água São Vicente. Em um segundo momento, com expressivo aumento populacional na região, foi implantado de forma gradativa cerca de dezoito escolas rurais nas diferentes localidades e povoado (GODOY, 2010 pg. 28).

A princípio o número de alunos nas escolas rurais era bem significativo, mas em virtude do êxodo rural houve uma grande concentração das propriedades rurais

em mão de poucas pessoas, quem tinha uma pequena propriedade à vendeu para um produtor maior e foi para a cidade, ou até mesmo para novas terras de colonização no Mato Grosso, Bahia, Paraguai e Bolívia.

Segundo IBGE os dados de 2010 com uma população de 6.286 na zona urbana, 1.711 no campo, totalizando uma população de 7.997, isso demonstram o esvaziamento do campo para a cidade e assim as escolas rurais que existia foram fechada já que o número de alunos não era suficiente para o seu funcionamento, por outro lado ficou difícil para o poder público arcar com recursos para manter as mesmas.

O reflexo de toda essa situação foi o pouco crescimento da população de Tupãssi e assim observa-se que o município permanece quase que em total atividade agropecuária, ligada aos sujeitos do campo e que 95% são áreas do campo e corresponde ao PIB de 50% sendo que a indústria corresponde somente a 0,67% o restante do PIB é composto pelo setor comercial e de serviços que por sua vez são impulsionados pela agropecuária (COLOGNESE, 1999, p.137).

No que diz respeito aos movimentos ligados ao MST (movimento dos sem terras), o município de Tupãssi não sofre grandes influências, pois se observa que não existem assentamentos por ser um solo fértil e bem aproveitado não têm áreas improdutivas, as iniciativas avançaram na construção de uma proposta formal voltada para o homem do campo, a qual na década de 80 passou a ter como objetivo principal o processo de formação política de classe trabalhadora.

Com isso passamos a ter um modelo de trabalho onde o proprietário coloca um aviário, pocilga ou investe na bovinocultura de leite, porém não trabalha somente administra, o trabalho fica a cargo de famílias oriundas de todos os lugares e se da em forma de parcerias, isso provoca uma grande rotatividade do aluno da educação do campo, pois as famílias em busca de melhores salários e condições melhores de moradia mudam de propriedades de um distrito para outro no mesmo ano levando consigo os filhos para outra escola isso interfere diretamente a aprendizagem da criança ou adolescente, pois há uma ruptura nesse processo, têm-se alunos estudando dois ou três meses em uma escola e logo após mudam provocando assim uma rotatividade dentro do mesmo município, mas com escolas diferentes.

Convém ressaltar que a educação do campo de Tupãssi pensa em crescer e a conquista o direito à educação do campo de qualidade, verifica-se na resolução 1/03/2002 do CNE/CEB das Diretrizes Operacionais da Educação Básica nas Escolas do Campo, no artigo 5º: “As propostas pedagógicas das escolas do campo, respeitadas as diferenças e o direito a igualdade e cumprindo imediata e plenamente o estabelecido nos artigos 23, 26 e 28 da Lei 9.394 de 1996, contemplarão a diversidade do campo em todos os seus aspectos: sociais, culturais, políticos, econômicos, de gênero, geração e etnia”.

Importante se faz realçar que a educação do campo foi já muito negligenciada e que historicamente as escolas com seus currículos urbanos não contribuíram para o crescimento do homem do campo e suas práticas de crescer na sua estrutura do campo.

É preciso insistir no fato de compreender o homem do/no campo e de se respeitar que é um sujeito com participação de universalização do saber e de respeitar sua identidade e que o mesmo ocupa um espaço na sociedade. Por outro enfoque, a identidade do nosso educando do campo é como cita Caldart:

Um dos traços fundamentais que vêm desenhando a identidade deste movimento por uma educação do campo é a luta do povo do campo por políticas públicas que garantem o seu direito à educação e a uma educação que seja no e do campo. Que além de muitas vezes o educando do campo perdia espaço para uma cultura de espaços a junto ao crescimento do próprio conhecimento de sujeitos que o direito de estar e ser educado no meio rural, assim que o processo de que a aprendizagem articule um sistema de produção mais alta mesmo que essa agricultura cause a exclusão (CALDART, 2002, p.26).

Reforça aqui a importância do sujeito, ver-se como parte de um sistema de ensino que valorize o meio pelo qual ele está inserido, evitando assim a exclusão, sendo que ocupa um espaço na sociedade em desenvolvimento.

Rotatividade como um problema da educação do campo

Os sujeitos da educação do campo de Tupãssi estão vinculados a uma rotatividade por pertencerem ao mercado de produção agrícola, de grandes propriedades, ou de pequenas propriedades em forma de parcerias trabalhando em aviários, pocilgas, bovinocultura de leite e piscicultura e também pertencentes à

agricultura familiar. Somando por volta de 1.500 proprietários e arrendatários, e ainda temos os assalariados agrícolas (Tupãssi, 2014).

A procura por salários e vantagens, ou condições que visam qualidade de vida, produz assim uma grande rotatividade de famílias dentro do município e muitas vezes têm famílias inteiras trabalhando nos aviários ou pocilgas, assim é mais mão de obra e menos gasto, demonstrando mais uma vez a exploração do sujeito do campo, sem respeitar os direitos de uma família cheia de obstáculos para o crescimento humano, que garanta a sustentabilidade e que haja um resgate da própria identidade de mudanças culturais e de comportamentos.

Para o educando da educação do campo de Tupãssi garantir sua permanência no meio de onde vive é necessário que haja uma política pública regional que atenda a diversos modos de ser e estar no meio rural, articulando a produção diversificada com tecnologia, que seja de forma plena, comprometida com direitos e igualdade e com seus aspectos sociais, culturais, políticas, econômicas é prioritário que viva com sua autonomia ecologicamente correta para uma vida sustentável.

Neste momento vale lembrar que a educação do campo de acordo com as Diretrizes do Campo tem que valorizar o conhecimento do aluno do campo como cita:

Os saberes escolares localizam-se em dois planos: Os saberes, as experiências trazidas pelos alunos. Os saberes das experiências trazidos pelos professores, somados ao específico da área do conhecimento e aos gerais. Então vale lembrar que a escola tem que considerar o que os alunos trazem para uma troca de experiências e assim promover um crescimento coletivo de sujeitos do campo com os próprios conteúdos e assim reformular as diferentes metodologias a serem estudadas e aplicadas para analisar os próprios conceitos onde vive (Diretrizes Curriculares da Educação do Campo, 2006, p.27).

É bem verdade que a interdisciplinaridade nas escolas do campo é um meio para superar as dificuldades e aproximar as realidades com atitude de facilitar à aprendizagem dos sujeitos do campo. Segundo Fazenda na DCES DO CAMPO:

A tendência de olhar a sala de aula sob uma única e determinada perspectiva acarreta várias limitações, quer no referente às análises, quer nas sínteses enunciadas [...] colocar em dúvida teorias construídas a partir de uma atitude disciplinar não significa isolá-las ou anulá-las, mas enfatizar nelas o seu caráter de provisoriedade. Essa provisoriedade justifica-se pela complexidade dos fenômenos envolvidos nas ocorrências de sala de aula. A atitude interdisciplinar visa, nesse sentido, uma transgressão aos paradigmas rígidos da ciência escolar atual, na forma como vem configurando, disciplinarmente (Diretrizes Curriculares da Educação do Campo, 2006, p.38)

Antes de tudo vale lembrar que, para a gestão da escola e coordenação a perspectiva do trabalho pedagógico deve estar voltada às ações comprometidas com as práticas cotidianas, pois a escola privilegia um lugar de relações educativas formais.

Com isso, até torna-se como uma denominação de mudar o rural pelo campo para superar o passado e ter uma nova concepção, de aprendizado onde a ação do docente para melhoria da qualidade de ensino e isso envolva os conteúdos que possam ser suficientes para os saberes do educando do campo.

Que garanta uma educação do campo de qualidade e que seus sujeitos que vivem e trabalham no campo se mobilizem e se sensibilizem para o crescimento com políticas educativas que revejam os conteúdos ensinados e que as metodologias visem estar ligadas à realidade vivida e que os projetos desenvolvidos articulem práticas pedagógicas.

Para os autores Arroyo, Caldart e Molina (2004) a Educação do Campo deve ter objetivo de levar conhecimento, cidadania e continuidade cultural. Mas que ao partir para a Educação do Campo, tenha-se uma política a qual o sujeito tem um direito social e assim se vê nesta concepção sobre o que seria uma Educação do Campo.

Aquela que trabalha os interesses, a política, a cultura e a economia dos diversos grupos de trabalhadores e trabalhadoras do campo, nas suas diversas formas de trabalho e de organização, na sua dimensão de permanente processo, produzindo valores, conhecimentos e tecnologias na perspectiva do desenvolvimento social e econômico igualitário desta população (FERNANDES, CERIOLI, CALDART, 2004, p.53).

É bem verdade que o município de Tupãssi tem sua influência, ou o fato dos educandos do campo estarem ligados aos sujeitos que lutam por uma educação,

que através de programas ou iniciativas comunitárias de experiências, que revelaram sucesso de uma agricultura sustentável e assim garantir a valorização e o acesso ao saber do povo do campo com suas próprias características.

Bedin (2005, p.51) destaca em seus trabalhos que um apoio importante para pequenos municípios, no caso Tupãssi, foi à criação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural pela Lei Nº 453 DE 1999. Através da Lei Municipal, que surgiu para atender as exigências do governo federal, estadual e das instituições financiadoras de programas governamentais, sobre a qual cita que: os representantes é a prefeitura municipal, o escritório da EMATER, cooperativas, de sindicatos, do Banco do Brasil S.A ou de outras entidades representativas da sociedade, qual objetivo maior era a gerencialmente dos recursos do PRONAF (Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar).

Com relação do objetivo principal do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, o investimento se propõe a estimular a participação dos agricultores, tanto para o processo de democratização da política local ou da cidadania. Além de ser um espaço aberto de discussão da agricultura familiar e a estimular o agricultor na sua participação e efetivação nas tomadas de decisão.

No que diz a respeito dos dados atuais do ano de 2014 o número de agricultores do município é por volta de 1.500, ainda 60 avicultores, 101 aviários, 49 suinocultores com 49 pocilgas, e de gado de leite 35. Dados coletados na Secretaria de Agricultura de Tupãssi, juntamente com EMATER na data de 10 de julho de 2014. Podemos destacar a diversificação e que o município esta passando e assim necessita de mão de obra assalariado para esses determinados trabalhos onde a tecnologia ainda não ocupou muito o espaço, pois geralmente o proprietário não tem pessoas para essa mão de obra.

Como se observa o município prioriza políticas agropecuárias que incentiva a permanência do agricultor nas suas terras, nesse sentido oferece programas que consciente o que realmente pode facilitar a vida do agricultor um exemplo disso é o investimento chamado "CAMINHO DO CAMPO". Trata-se de um programa no qual se investiu na conservação e pavimentação com pedras irregulares e aplicação de solo brita nas principais estradas do município garantido assim a escoamento da produção, também melhoria do trafego e de certa forma melhorando o acesso dos

alunos do campo até as escolas do município. Conta também com a parceria da Emater, onde dá total apoio aos agricultores do município na elaboração e execução de programas e projetos, podendo ser citados os projetos MINHA CASA MINHA VIA RURAL uma parceria município/Emater e governos Federal e Estadual, a AGRICULTURA DE PRECISÃO uma parceria município/Emater e governo de Estado (TUPÃSSI, 2014).

Por outro enfoque, sabe-se que nem sempre é possível assimilar escola e comunidade, pois na maioria das vezes o tempo da escola é curto tem currículo e horas aulas a cumprir, torna-se assim viável que o professor seja criativo, dinâmico, para desenvolver suas aulas e para atrair o interesse do educando do campo, como no exemplo de enceramento do trabalho do PDE de uma professora de Português em que nesse ano letivo de 2014, onde faz um resgate histórico da comunidade local, com coletas de dados, entrevistas e depoimentos de pais e avós, fazendo assim foi levantando os aspectos culturais e históricos da comunidade local. A ainda sabe que as ações que as escolas juntamente com professores e que isso não atende sempre aos anseios da população do campo vale destacar segundo o caderno temático da educação do campo:

É nesse contexto que a escola acaba por reproduzir essa mesma lógica, esse mesmo conflito, principalmente quando fragmenta o conhecimento, limitando-se somente ao tempo da sala de aula de aula e dos conteúdos, não dando a devida importância para as avaliações, e até mesmo utilizando-as como instrumento disciplinar, de manipulação e de controle sobre os educandos, não considerando os índices de reprovação, evasão e abandono escolar, em detrimento, de um trabalho cuja metodologia pode problematizar o cotidiano da vida humana, conectando-a aos conteúdos escolares, ultrapassando os limites do tempo e do espaço da sala de aula, permitindo dialogar com outras disciplinas, acreditando que outros espaços da escola, e para além dela, podem ser espaços educativos (CADERNO TEMÁTICO DA DIVERSIDADE EDUCAÇÃO DO CAMPO, 2010, p.82).

É bem verdade que a escola do campo luta para preservar o direito a educação de todos por igual, e busca essa efetivação, para concretização de que no campo se faz educação de qualidade com experiências e que permitem a própria cultura local, isso levando a perceber seus interesses pela vida de trabalho, de sua alimentação, suas diversões, as paisagens do ambiente em volta, suas características culturais, até mesmo sua identidade, de que é um sujeito capaz de

produzir, e de ter acesso ao conhecimento igual ou até superior ao educando dos centros urbanos.

Considerações Finais

Em última análise examinarmos a questão de o aluno passar pelo mesmo colégio ou escola do município, durante a sua conclusão de estudo no ensino fundamental ou médio, a reflexão e discursão de que a mão de obra assalariada no momento está em processo de desenvolvimento e de que os assalariados não possuem uma organização que possa garantir os seus direitos.

Por outro enfoque isso demonstra a má infraestruturas que o sistema agrícola vem passando, pois o mercado de trabalho vem com muitas vagas a ser preenchida, pois faltam funcionários para aviários, pocilgas e outros trabalhos no campo e quando esse funcionário aparece sua mão de obra é desqualificada, pois não existe entre eles uma instituição possa fazer de esse tipo de qualificação, esse é mais um motivo para ocorre à rotatividade do campo.

Ampliar a participação da comunidade e escola para valorizar a escola local, promovendo um espaço de gestão democrática que respeite as diferenças e o direito a igualdade contemplando a diversidade nos aspectos locais. Considerando que a identidade de educando do campo seja definida pelos seus próprios saberes em apontar soluções exigidas para a realidade de vida, colocando em prática para transformar a sociedade.

Por isso, que há um grande número de famílias indo para a cidade, em busca de um trabalho, que não necessite de capacitação e não requisite muito conhecimento, pois o campo acaba hoje exigindo conhecimento para poder se desenvolver com tecnologias agrícolas.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli S.; MOLINA, Mônica C. **Por uma educação do campo**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2004.

BEDIN, Odete Luchetta. **Participação dos agricultores familiares no Programa PRONAF Modalidade Infra-Estrutura**: 73Pag. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Programade Pós-Graduação em Engenharia de Produção, UFSC, Florianópolis 2005.

BRASIL. LDB 9394/96. Brasília, 1996.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Resolução CNE/CEB 01/2002**. Diário Oficial da União, Brasília, 9 de abril de 2002. Seção 1, p. 32. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB012002.pdf>>. Acesso em: 16 jul. 2012.

COLOGNESE, Antônio Silvio; GREGORY Valdir; SCHALLENBERGER Erneldo. **Tupãssi: do mito à história**. Cascavel, PR, 1999.

GODOY, J. R. **Tupãssi – História e Memória**. Tupãssi, 2010.

PORTAL TUPÃSSI - www.portaltupassi.com.br

SECRETARIA DE ESTADO E EDUCAÇÃO - DCE – **Educação do Campo**. Disponível na página do Portal Educacional do Estado do Paraná <http://diaadiaeducacao.pr.gov.br> Acesso em 29/04/2014.

SECRETARIA DE ESTADO E EDUCAÇÃO - **II Caderno Temáticos da Educação do Campo** - Educação. Coordenação da Educação do Campo – Curitiba: SEED – Pr., 2009. - 193 p.

TUPÃSSI. **Apostila de Dados**. Departamento Municipal de Educação e Cultura, Prefeitura Municipal de Tupãssi. 2009.